



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO COM LOTES RESERVADOS PARA ME/EPP (LOTES 02, 19, 30 e 32) PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 033/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 253/2022 1DOC

MUNICÍPIO DE CAJATI - SP

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos servidores da Prefeitura do Município de Cajati em atendimento as exigências estabelecidas pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA: 20/04/2023

HORÁRIO DA DISPUTA: 10:00 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: www.bllcompras.org.br.

O envio da proposta no sistema BLL deverá ser acompanhado da inserção dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, conforme Decreto 10024/2019, sob pena de INABILITAÇÃO das licitantes.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura do Município de Cajati - SP, por meio do Departamento de Administração – Divisão de Compras e Licitações, sediada na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (**menor preço por item**), no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital, e a Lei nº 8429/1992 de 02/06/1992.

A presente licitação terá os lotes **02, 19, 30 e 32** reservados às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso III, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

Recebimento das propostas a partir das 08 horas de 31/03/2023 até as 08h59min do dia 20/04/2023.

Abertura das propostas: às 09 horas de 20/04/2023.

Início da sessão de disputa de preços: às 10 horas do dia 20/04/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos servidores da Prefeitura do Município de Cajati, e alunos do Departamento de Educação em atendimento as exigências estabelecidas pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).**

1.2. *A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.*



1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Departamento de Administração

Fonte: Tesouro ou outra a ser indicada pela Divisão de Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, Distrital ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.

3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04) e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Art. 30, § 5º do Decreto nº 10024/2019.

3.7 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04.

3.8 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.9 Os lotes 02, 19, 30 e 32 são reservados às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso III, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais disposições contidas neste instrumento convocatório.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.12 Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto solicitado.**

4.13 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio do modelo de proposta do Anexo 03, seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações).

4.14. Poderão participar deste Pregão Eletrônico às empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, com o Anexo 04 e subitens;

4.15. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.15.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.15.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.15.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.15.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.15.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.15.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.15.7. Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de Cajati, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública perante os Tribunais de Contas.

4.16 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da **proposta**, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.8. A não inserção dos documentos acarretará na INABILITAÇÃO do licitante.
- 5.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na Praça do Paço Municipal, nº 10, Centro, na cidade de Cajati, Estado de São Paulo, CEP 11.950-000, em horário de expediente.
- 5.10. Em havendo necessidade de entrega de documentos nos termos do item 5.9 a sessão pública será suspensão.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua **proposta**, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *Valor unitário*;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado ou da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata de Registro de Preços.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores **ou percentuais** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 (um centavo)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço** do lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.17.1. No país;

7.17.2. Por empresas brasileiras;

7.17.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.17.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.18. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Caso não haja campo para anexar a proposta na plataforma

BLL em documentos complementares, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail compras@cajati.sp.gov.br no prazo já mencionado, e será disponibilizado aos demais no campo DOCUMENTOS da plataforma BLL, sendo esta opção devidamente identificada no chat de mensagens da licitação.

7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019, bem como o catálogo do equipamento ofertado.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a **materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.**

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificadamente do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.2.1. Caso haja divergência entre os documentos solicitados na plataforma BLL e os do edital, deverão prevalecer os documentos solicitados no edital que é a Lei Interna da Licitação, porém, nesses casos, após a verificação do Pregoeiro de inconsistências e divergências na plataforma BLL, serão solicitados os documentos complementares à licitante vencedora, nos termos do item 10.2 que serão posteriormente disponibilizados no campo DOCUMENTOS da plataforma para conferência e acompanhamento das demais licitantes.

9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. Ressalvado o disposto no item 5.3 e 10.2.1, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.6. **Habilitação jurídica:**

9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

9.7.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.8.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes;

9.8.2 Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes, ou nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.15.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menores valores cuja retiradas sejam suficientes para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.16. **Qualificação Técnica:**

9.16.1. Declaração de Inidoneidade (Anexo 6 do Edital);

9.16.2. Declaração de Fato Impeditivo (Anexo 7 do edital);

9.16.3. Declaração que não emprega menor (Anexo 8 do edital);

9.16.4. Declaração de Responsabilidade (Anexo 10 do edital);

9.16.5. Declaração de ausência de parentesco e vínculo (Anexo 11 do edital);

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do produto do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. A não apresentação da proposta no prazo estipulado no item 10.1 levará a desclassificação da empresa e às penalidades previstas nos itens 19.1 e 19.3 do edital.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, e, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado

qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

15.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

15.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Prefeitura do Município de Cajati para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

16.1 Eventual solicitação de reequilíbrio não vincula a entrega do pedido, vez que a inadimplência do CONTRATADO ensejará as cominações estabelecidas na legislação pertinente, e ainda, poderá ensejar as medidas judiciais cabíveis.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

16.2. A contratada deverá manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

17.1. As obrigações da Contratada são as aqui mencionadas além das estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

17.2. Fornecer os produtos, estritamente de acordo com o Termo de Referência, bem como no prazo e quantitativo estabelecidos em solicitação expedida pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Prefeitura do Município de Cajati, estarem em desacordo com as referidas especificações.

17.3. Entregar os produtos no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

17.4. Remover, às suas expensas, produtos se estiverem em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

17.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Prefeitura do Município de Cajati.

17.7. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

17.8. Designar preposto durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, para representá-la sempre que seja necessário.

17.9. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais relativos ao objeto contratado.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, 15 (quinze) dias após o fornecimento e emissão da Nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA OS LICITANTES / DETENTORES DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº. 10520/2002 e nº 8.429/1992 a licitante/adjudicatária que:

- a) não aceitar/retirar a nota de empenho, **ou não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;**
- b) ensejar o retardamento da execução do certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou complementares na fase de contratação;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo.

19.2. A Licitante/adjudicatária que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item (s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- c) impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.3. Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nºs 8.666/1993 e 10.520/2002 e 8.429/1992, a Contratada/Detentora da Ata de Registro de Preços que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da Ata de Registro de Preços;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

19.4. A Detentora da Ata de Registro de Preços que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços/autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;

- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada/Detentora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.6.1. A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - ANEXO XI).

19.6.2. As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (**cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau**) com servidor público municipal.

19.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9.784/1999.

19.9. Se no decorrer do processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846 de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias a apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

19.9.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846

de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA tenha a receber do MUNICÍPIO DE CAJATI. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA ao processo executivo.

19.12. Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela EMPRESA, serão atualizadas pelo IPCA-IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e SICAF.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Cajati – SP, localizado na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP (11950-000), nos horários das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS AMOSTRAS

21.1. O licitante vencedor da disputa de lances deverá encaminhar amostras referentes aos lotes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o término da sessão pública do Pregão, para análise e conferência, em embalagem original, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente edital como Anexo I, devidamente lacrada e etiquetada, com o número do lote, nome da empresa e número do procedimento licitatório.

21.2. Em caso de não apresentação da amostra ou desclassificação da amostra da empresa declarada vencedora, será convocada a segundo classificada para apresentação de sua amostra, sendo lavrada Ata circunstanciada dessa eventual desclassificação.

21.3. As amostras solicitadas devem ser apresentadas em embalagens individuais, devidamente identificadas para a Divisão de Compras e Licitações, na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati - SP. A entrega das amostras é obrigatória para a empresa declarada vencedora do lote, ou seja, a empresa que não apresentar as amostras solicitadas no prazo disposto no item anterior ou que na apresentação, suas amostras não estejam de acordo com as especificações – segundo análise de Comissão designado para análise das mesmas - serão desclassificadas.

21.4. As amostras serão analisadas pela equipe técnica do SESMT Municipal, acompanhada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio;

21.5. Os critérios a serem utilizados para a análise das amostras serão os seguintes: conformidade com as especificações solicitadas no edital, durabilidade, manuseio, falhas de fabricação, acabamento, rendimento, resistência, segurança e gramatura. Todos os produtos deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender às normas do INMETRO, ABNT e às demais especificadas na descrição dos itens, bem como demais condições solicitadas em edital; As marcas dos produtos ofertados na proposta deverão ser as mesmas das amostras e também durante a vigência da Ata.

21.6. As amostras não deverão ser cobradas em espécie, tampouco descontadas em valores dos produtos a serem fornecidos, uma vez que ficarão à disposição da Prefeitura para os testes necessários.

21.7. As amostras aprovadas serão catalogadas e fotografadas e servirão de parâmetro no recebimento dos produtos. Após a análise será efetuado relatório fotográfico das mesmas podendo a critério da Comissão dos técnicos do SESMT e do Departamento de Administração e podem ser utilizadas para testes.

21.8. As amostras reprovadas permanecerão à disposição dos licitantes para sua retirada durante o período de 03 (três) dias corridos. Após este período, as amostras serão descartadas.

21.9. O relatório fotográfico com as amostras aprovadas fará parte do procedimento licitatório e ficará à disposição do Departamento de Administração, SESMT e ainda o Almoarifado Municipal, para que durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços sirva de parâmetro no recebimento dos produtos.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia

para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR e WWW.CAJATI.SP.GOV.BR link Pregões Eletrônicos, e nos dias úteis, em mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP (11950-000).

22.12. Conforme Artigo 49, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, ***“se não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório”***, ficando condicionado a validade da licitação a efetiva participação de no mínimo 03 (três) empresas em condições de efetiva competição.

22.13. Caso não seja obtido o número mínimo de 03 (três) empresas em condições de efetiva competição, para algum lote reservado com exclusividade para ME/EPP, o mesmo terá prosseguimento mesmo com número inferior de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previstos na legislação, desde que o valor alcançado seja compatível com os orçados pela Administração; O lote será considerado **FRACASSADO** caso não alcance preços compatíveis com os orçados pela Administração.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Exigências para Habilitação;

ANEXO III – Modelo de proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão – BLL

ANEXO V – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO VI – Declaração Inidoneidade

ANEXO VII – Declaração de Fato Impeditivo

ANEXO VIII – Declaração que não emprega menor;

ANEXO IX – Declaração ME/EPP

ANEXO X – Declaração Responsabilidade

ANEXO XI – Declaração de ausência de parentesco e vínculo

ANEXO XII – Minuta da Ata de Registro de Preços



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO XIII – Termo de Ciência e de Notificação

Cajati/SP, 30 de março de 2023.

MARIA CLÁUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Diretora do Departamento de Administração

LUIZ HENRIQUE KOGA
Prefeito Municipal



ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO / JUSTIFICATIVA:

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos servidores da Prefeitura do Município de Cajati em atendimento as exigências estabelecidas pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2023

LOTE	DESCRIÇÃO	Apresentação	Qtde	Valor Unitário Orçado
1	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibras hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente à penetração e absorção de água (WRU), ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante com certificações ISO e possui certificações: ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008.	Pares	600	R\$ 88,45
2	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a Norma Regulamentadora nº 32.	Pares	500	R\$ 82,87
3	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor preta; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Pares	150	R\$ 57,69

4	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor branco; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Pares	100	R\$ 63,92
5	Protetor do sistema da visão tipo óculos de segurança, com lentes nas cores cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente a risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI.Z. 87.1/2003.	Unidade	400	R\$ 5,97
6	Proteção do aparelho auditivo do tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexo I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	Unidade	150	R\$ 1,60
7	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possuir peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	100	R\$ 41,60
8	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8" (M), 9" (G) e 10" (XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	400	R\$ 4,04

Assinado por 3 pessoas: THAIS NOVAES RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE KOGA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7> e informe o código 71B8-ADA7-A367-52A7

9	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	500	R\$ 11,63
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	400	R\$ 5,29
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Resistência e proteção à vibração. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	50	R\$ 69,93
12	Proteção do tronco contra umidade, tipo conjunto de chuva, composto por blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42mm e calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42mm, com tamanhos disponíveis do P ao EXG. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	300	R\$ 21,35
13	Proteção do tronco contra umidade, tipo capa de chuva impermeável em laminado de PVC, sem forro, medindo 1,40cm X 0,70cm, com mangas longas, fechamento através de botões, costuras de solda eletrônica. O produto deverá ser certificado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	300	R\$ 37,26
14	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo do Inmetro.	Unidade	250	R\$ 39,59

Assinado por 3 pessoas: THAIS NOVAES RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE KOGA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7> e informe o código 71B8-ADA7-A367-52A7

15	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	50	R\$ 38,48
16	Proteção à insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quintuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	200	R\$ 42,37
17	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	2000	R\$ 21,36
18	Repelente contra insetos em embalagem com "SPRAY", dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	2000	R\$ 25,09
19	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	10	R\$ 506,80
20	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 20.	Unidade	50	R\$ 85,45

Assinado por 3 pessoas: THAIS NOVAES RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE KOGA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7> e informe o código 71B8-ADA7-A367-52A7

21	Proteção para o tronco, tipo cinto para roçadeira duplo reforçado. Compatível com todos os modelos de roçadeiras. Deve possuir engate rápido (pressionando libera as fivelas automaticamente para ajuste). Deve possuir ajustes para operadores de qualquer altura. As alças devem ser almofadadas nos ombros. Deve conter proteção lateral (placa). Deverá ser confeccionado em nylon macio e material acolchoado. Produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30	R\$ 68,53
22	Proteção do tronco do usuário, tipo avental/capote de chumbo, em borracha plumbífera flexível, para proteção radiológica, acabamento em nylon impermeável, espessura do chumbo de 0,50 mmpb, deve envolver o corpo inteiro (frente e costas) sendo uma peça só, proteção nos ombros de 0,25 mmpb, cinto ao nível da circunferência abdominal para ajuste do mesmo e divisão do seu peso, apoio nos ombros e tiras de ajuste cervical. Medindo 1,00 x 060 mm aproximadamente. Embalagem adequada ao produto e segura, com rótulo que atenda a RDC 185 de 22 de outubro de 2001/Anvisa. Possuir registro na Anvisa. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30	R\$ 1.558,85
23	Protetor de tireóide, de borracha plumbífera, para profissionais que atuam no raio-x, com proteção equivalente no mínimo 0,50mm de chumbo, para adulto, embalado individualmente, constando marca comercial e procedência de fabricação. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30	R\$ 495,10
24	Protetor do sistema da visão tipo óculos plumbífero; vidro e litargirio com proteção lateral com equivalência e chumbo de 0,75mm; com armação em acetato de celulose transparente com lentes pb finas e curvas para colocação de grau e ajustável; usado para proteção contra raio x. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30	R\$ 1.448,74
25	Proteção de membro superior tipo luvas plumbíferas, estrutura flexível, acabamento externo em material impermeável, com estrutura interna de chumbo de 0,50mm, forrada em algodão, para proteção radiológica, conforme NBR IEC 61331-1/2004, NBR IEC 61331-3/2004. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	30	R\$ 771,23
26	Proteção de membro superior tipo luvas de segurança confeccionada em fibras sintéticas, revestimento da face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU), punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Tal Luva deve proporcionar alta destreza, flexibilidade e sensibilidade tátil, tricotada com fios de poliamida e propriedades eletrostáticas. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	100	R\$ 6,08
27	Proteção de membro superior tipo luva descartável para proteção contra agentes químicos confeccionadas em látex nitrílico, sem pulverização de amido, completamente	caixa	50	R\$ 28,02

	texturizadas, cor preta. Luvas tipo B para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (bases inorgânicas (K), Bases Orgânicas (O) e Peróxidos (P)). Caixa com 50 unidades. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.			
28	Protetor facial composto de coroa de material plástico rígido preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor, disponível em três tamanhos, sendo 6", 8" e 10" de altura, preso à coroa por três pinos plásticos, carneira de material plástico branco regulável através de ajuste simples presa à coroa por meio de dois parafusos plásticos. A parte frontal da carneira é recoberta com espuma para absorção de suor. Deverá atender Norma Técnica: ANSI/ISEA Z87.1/2015 e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	200	R\$ 21,77
29	Proteção do tronco contra umidade, tipo avental confeccionado em PVC com forro de poliéster, ilhoses e cordão de polipropileno para ajustes. Medidas 70 x 120 cm. Cor branca. Deverá possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	500	R\$ 15,26
30	Proteção da face, tipo máscara cirúrgica descartável, confeccionada em tecido não tecido (TNT), com elástico, tripla camada com eficiência de filtração bacteriológica > 95%, tiras resistentes de 40 cm de comprimento, clip nasal de 14 cm de comprimento, solda por ultrassom, cor branca. Gramatura de 60g/m ² .	Unidade	300000	R\$ 0,37
31	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.	Unidade	500	R\$ 2,35
32	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de cabeça de elástico. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	Unidade	3000	R\$ 4,55

Assinado por 3 pessoas: THAIS NOVAES RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE KOGA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7> e informe o código 71B8-ADA7-A367-52A7

33	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de orelha. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	Unidade	3000	R\$ 3,08
34	Proteção do tronco, tipo avental, confeccionado em não tecido SMS 100% polipropileno com reforço, possui reforço impermeável e absorvente nas mangas, tórax, abdome e membros inferiores, repele líquidos e fluidos corpóreos e extracorpóreos, máxima proteção contra vírus, bactérias e qualquer outro microrganismo, não libera partículas, condutores de microrganismos, não tecido respirável, atóxico e hipoalergênico, alta resistência, conforto e maleabilidade; dobra asséptica, acompanha toalha de mão estéril, dupla embalagem que garante a esterilidade até o uso, esterilizado por óxido de etileno. Gramatura mínima de 50g/m ² , disponível nas cores branco, azul ou verde. Medidas: 1.40m de largura total x 1.35m de comprimento. Material hidrofóbico. Uso único. Embalagem com 10 unidades cada.	Unidade	20000	R\$ 6,73
35	Proteção de membros inferiores, tipo sapatilha confeccionada em polipropileno, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 20g/m ² . Tamanho único (baseado na numeração 43). Embalagem com 100 unidades.	Unidade	15000	R\$ 0,18
36	Proteção do crânio, tipo touca sanfonada, confeccionado em tecido não tecido (TNT) em formato de tiras, com elástico duplo, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 30g/m ² . Tamanho único. Embalagem com 100 unidades cada.	Unidade	15000	R\$ 0,18

a) PAGAMENTO

a.1) O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal fatura.

a.2) As notas fiscais faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.

a.3) O pagamento será feito mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada em banco por ela indicado.

a.4) As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício **de 2023**, na classificação abaixo:
Gestão/Unidade: Departamento de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



Fonte: Tesouro ou outra a ser indicada pela Divisão de Finanças
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

a.5) As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

b) LOCAL DE ENTREGA E PRAZO

b.1) As entregas deverão ser efetuadas de acordo com a requisição, parceladamente, por período máximo de 12 (doze) meses, dentro do prazo previsto no edital. A entrega será feita no Almoxarifado Municipal, situado na Rua Darci Bueno da Cruz, nº 200 - Bairro Bico do Pato (ao lado da Garagem Municipal), conforme solicitação da Divisão de Compras / Licitações.

b.2) Os itens deverão ser entregues, em até 20 (vinte) dias consecutivos a contar do recebimento do Pedido de Compra enviado por e-mail pela Divisão de Compras e Licitações.



Termo de Referência

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo a compra de Equipamento de Proteção Individual para atender aos servidores dos Departamentos da Prefeitura do Município de Cajati.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se tal pedido para atendimento pleno das exigências estabelecidas pelas Normas Técnicas Vigentes, em especial a Norma Regulamentadora nº 06, que fixa a obrigatoriedade do empregador o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS E SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

A fim de que possamos ter produtos de qualidade, e que possibilitem o bem-estar e segurança ao servidor que fará uso dos mesmos, solicito que sejam incluídos alguns critérios no edital do Pregão com relação às amostras e suas avaliações:

1. As descrições completas dos itens a serem fornecidos, com as quantidades estimadas e normas específicas estão descritos neste termo de referência.
2. Todos os equipamentos descritos deverão estar em consonância com as Normas Técnicas vigentes e suas atualizações, solicitadas em cada item.
3. Os equipamentos que possuem Certificado de Aprovação deverão ter validade mínima de 02 (dois) anos.
4. As entregas deverão ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias após o pedido.
5. As empresas licitantes deverão apresentar 01 (uma) amostra de cada item cotado, devidamente identificado com o nome da empresa, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência.
6. As amostras deverão estar dentro da embalagem original, não havendo necessidade de ser apresentada a embalagem completa, uma única unidade, dentro de sua embalagem original será considerada válida.
7. Somente serão analisadas as amostras, para fins de verificação de conformidade com as especificações mínimas exigidas no edital, ocasião em que será emitido o parecer de aprovação ou reprovação das amostras de cada item ofertado.

Rua Escolástica de Pontes Lima, nº 274 – Bico do Pato – CEP 11.950-000 – Cajati, SP
E-mail: segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br – Telefone: (13) 3854-3116

Página 1 de 9

Assinado por 3 pessoas: CHRISTIELLEN COUTINHO FIAIS, AMANDA SILVA MOREIRA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/1CB1-7806-B336-3088> e informe o código 1CB1-7806-B336-3088



8. A análise das amostras será realizada pelo SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do município.
9. Os critérios a serem utilizados para a análise das amostras serão os seguintes: conformidade com as especificações solicitadas no edital, durabilidade, manuseio, falhas de fabricação, acabamento, rendimento, resistência, segurança e gramatura. Todos os produtos deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender às normas do INMETRO, ABNT e às demais especificadas na descrição dos itens.
10. As marcas dos produtos ofertados na proposta deverão ser as mesmas das amostras e também durante a vigência da Ata.
11. As amostras dos vencedores não serão devolvidas.
12. Os Equipamentos de Proteção Individual fornecidos deverão ter no máximo 01 (um) ano de fabricação até a data de fornecimento para a Prefeitura, sendo assim, todos os Equipamentos fornecidos com data superior de 01 (um) ano até a entrega, serão devolvidos à empresa.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibras hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente à penetração e absorção de água (WRU), ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante com certificações ISO e possui certificações: ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008.	600 (pares)
02	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a Norma Regulamentadora nº 32.	500 (pares)
03	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor preta; cano longo 34 cm	150 (pares)

Rua Escolástica de Pontes Lima, nº 274 – Bico do Pato – CEP 11.950-000 – Cajati, SP
E-mail: segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br – Telefone: (13) 3854-3116

Página 2 de 9

Assinado por 3 pessoas: CHRISTIELLEN COUTINHO FIAIS, AMANDA SILVA MOREIRA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/1CB1-7806-B336-3088> e informe o código 1CB1-7806-B336-3088



	referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	
04	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor branco; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	100 (pares)
05	Protetor do sistema da visão tipo óculos de segurança, com lentes nas cores cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente a risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI.Z. 87.1/2003.	400 (unidades)
06	Proteção do aparelho auditivo do tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexo I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possui certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	150 (unidades)
07	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possuir peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter	100 (unidades)

	certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	
08	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8"(M), 9"(G) e 10" (XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	400 (pares)
09	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	500 (pares)
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	400 (pares)
12	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Resistência e proteção à vibração. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	50 (pares)
13	Proteção do tronco contra umidade, tipo conjunto de chuva, composto por blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42mm e calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadaço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42mm, com tamanhos disponíveis do P ao EXG. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	300 (unidades)

14	Proteção do tronco contra umidade, tipo capa de chuva impermeável em laminado de PVC, sem forro, medindo 1,40cm X 0,70cm, com mangas longas, fechamento através de botões, costuras de solda eletrônica. O produto deverá ser certificado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	300 (unidades)
15	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo do Inmetro.	250 (unidades)
16	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	50 (unidades)
17	Proteção à insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quádruplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	200 (unidades)
18	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	2.000 (unidades)
19	Repelente contra insetos em embalagem com "SPRAY", dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	2.000 (unidades)

20	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	10 (unidades)
21	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 20.	50 (unidades)
22	Proteção para o tronco, tipo cinto para roçadeira duplo reforçado. Compatível com todos os modelos de roçadeiras. Deve possuir engate rápido (pressionando libera as fivelas automaticamente para ajuste). Deve possuir ajustes para operadores de qualquer altura. As alças devem ser almofadadas nos ombros. Deve conter proteção lateral (placa). Deverá ser confeccionado em nylon macio e material acolchoado. Produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	30 (unidades)
23	Proteção do tronco do usuário, tipo avental/capote de chumbo, em borracha plumbífera flexível, para proteção radiológica, acabamento em nylon impermeável, espessura do chumbo de 0,50 mmpb, deve envolver o corpo inteiro (frente e costas) sendo uma peça só, proteção nos ombros de 0,25 mmpb, cinto ao nível da circunferência abdominal para ajuste do mesmo e divisão do seu peso, apoio nos ombros e tiras de ajuste cervical. Medindo 1,00 x 060 mm aproximadamente. Embalagem adequada ao produto e segura, com rótulo que atenda a RDC 185 de 22 de outubro de 2001/Anvisa. Possuir registro na Anvisa. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	30 (unidades)
24	Protetor de tireóide, de borracha plumbífera, para profissionais que atuam no raio-x, com proteção equivalente no mínimo 0,50mm de chumbo, para adulto, embalado individualmente, constando marca comercial e procedência de fabricação. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	30 (unidades)

Rua Escolástica de Pontes Lima, nº 274 - Bico do Pato - CEP 11.950-000 - Cajati, SP
E-mail: segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br - Telefone: (13) 3854-3116

Página 6 de 9

Assinado por 3 pessoas: CHRISTIELLEN COUTINHO FIAIS, AMANDA SILVA MOREIRA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/1CB1-7806-B338-3088> e informe o código 1CB1-7806-B338-3088



25	Protetor do sistema da visão tipo óculos plumbífero; vidro e litargirio com proteção lateral com equivalência e chumbo de 0,90mm; com armação em acetato de celulose transparente com lentes pb finas e curvas para colocação de grau e ajustável; usado para proteção contra raio x. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	30 (unidades)
26	Proteção de membro superior tipo luvas plumbíferas, estrutura flexível, acabamento externo em material impermeável, com estrutura interna de chumbo de 0,50mm, forrada em algodão, para proteção radiológica, conforme NBR IEC 61331-1/2004, NBR IEC 61331-3/2004. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	30 (pares)
27	Proteção de membro superior tipo luvas de segurança confeccionada em fibras sintéticas, revestimento da face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU), punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Tal Luva deve proporcionar alta destreza, flexibilidade e sensibilidade tátil, tricotada com fios de poliamida e propriedades eletrostáticas. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	100 (pares)
28	Proteção de membro superior tipo luva descartável para proteção contra agentes químicos confeccionadas em látex nitrílico, sem pulverização de amido, completamente texturizadas, cor preta. Luvas tipo B para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (bases inorgânicas (K), Bases Orgânicas (O) e Peróxidos (P)). Caixa com 50 unidades. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	50 (caixas)
29	Protetor facial composto de coroa de material plástico rígido preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor, disponível em três tamanhos, sendo 6", 8" e 10" de altura, preso à coroa por três pinos plásticos, carneira de material plástico branco regulável através de ajuste simples presa à coroa por meio de dois parafusos plásticos. A parte frontal da carneira é recoberta com espuma para absorção de suor. Deverá atender Norma Técnica: ANSI.ISEA Z87.1/2015 e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	200 (unidades)
30	Proteção do tronco contra umidade, tipo avental confeccionado em PVC com forro de poliéster, ilhoses e cordão de polipropileno para ajustes. Medidas 70 x 120 cm. Cor branca. Deverá possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	500 (unidades)

31	Proteção da face, tipo máscara cirúrgica descartável, confeccionada em tecido não tecido (TNT), com elástico, tripla camada com eficiência de filtração bacteriológica > 95%, tiras resistentes de 40 cm de comprimento, clip nasal de 14 cm de comprimento, solda por ultrassom, cor branca. Gramatura de 60g/m².	300.000 (unidades)
32	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Ossuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.	500 (unidades)
33	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. <u>Disponíveis com tirantes de cabeça de elástico.</u> A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Ossuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	3.000 (unidades)
34	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. <u>Disponíveis com tirantes de orelha.</u> A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possui certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	3.000 (unidades)
35	Proteção do tronco, tipo avental, confeccionado em não tecido SMS 100% polipropileno com reforço, possui reforço impermeável e absorvente nas mangas, tórax,	20.000 (unidades)

Rua Escolástica de Pontes Lima, nº 274 - Bico do Pato - CEP 11.950-000 - Cajati, SP
E-mail: segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br - Telefone: (13) 3854-3116

Página 8 de 9

Assinado por 3 pessoas: CHRISTIELLEN COUTINHO FIAIS, AMANDA SILVA MOREIRA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/1CB1-7806-B336-3088> e informe o código 1CB1-7806-B336-3088



Assinado por 3 pessoas: THAIS NOVAES RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE KOGA e MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7> e informe o código 71B8-ADA7-A367-52A7



	abdome e membros inferiores, repele líquidos e fluidos corpóreos e extracorpóreos, máxima proteção contra vírus, bactérias e qualquer outro microrganismo, não libera partículas, condutores de microrganismos, não tecido respirável, atóxico e hipoalergênico, alta resistência, conforto e maleabilidade; dobra asséptica, acompanha toalha de mão estéril, dupla embalagem que garante a esterilidade até o uso, esterilizado por óxido de etileno. Gramatura mínima de 50g/m ² , disponível nas cores branco, azul ou verde. Medidas: 1.40m de largura total x 1.35m de comprimento. Material hidrofóbico. Uso único. Embalagem com 10 unidades cada.	
36	Proteção de membros inferiores, tipo sapatilha confeccionada em polipropileno, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 20g/m ² . Tamanho único (baseado na numeração 43). Embalagem com 100 unidades.	15.000 (unidades)
37	Proteção do crânio, tipo touca sanfonada, confeccionado em tecido não tecido (TNT) em formato de tiras, com elástico duplo, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 30g/m ² . Tamanho único. Embalagem com 100 unidades cada.	15.000 (unidades)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1CB1-7806-B336-3088

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CHRISTIELLEN COUTINHO FIAIS (CPF 424.XXX.XXX-01) em 15/12/2022 14:32:43 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ AMANDA SILVA MOREIRA (CPF 380.XXX.XXX-69) em 15/12/2022 14:53:17 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES (CPF 151.XXX.XXX-00) em 19/12/2022 18:00:35 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cajati.1doc.com.br/verificacao/1CB1-7806-B336-3088>

ANEXO 02

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 033/2023

1. HABILITAÇÃO

1.1 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá anexar, na plataforma BLL, os documentos comprobatórios de habilitação, sendo que a proposta vencedora solicitada e eventuais documentos complementares deverão ser anexados em documentos complementares do sistema BLL ou eventualmente **encaminhados pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br (item 7.19.2 do edital), caso essa ferramenta não esteja disponível.**

1.1.1. Em caso de necessidade de verificação de autenticidades pelo Pregoeiro de algum documento ou informação referente a documentação apresentada, isso será devidamente justificado no processo e informado no chat do sistema, sendo solicitado o posterior encaminhamento do documento, **para a Prefeitura Municipal de Cajati – SP, localizado na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati - SP, CEP: 11950-000, aos cuidados da Comissão de Licitação, observando o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data desta notificação, afim de se atestar a veracidade de informações de documentos eventualmente apresentados.**

1.1.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na Praça do Paço Municipal, nº 10, Centro, na cidade de Cajati, Estado de São Paulo, CEP 11.950-000, em horário de expediente.

1.1.3. Em havendo necessidade de entrega de documentos nos termos do item 1.1.2 a sessão pública será suspensa.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.2.1 Habilitação Jurídica

a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

1.2.2. Regularidade Fiscal

a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;

c) Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**CND/INSS**);

g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**CRS/FGTS**);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br

1.2.2.2. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo 6;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo 7;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo 8;
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615, conforme Anexo 11.

1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes;
Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes, ou nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

1.3. Qualificação Técnica:

1.3.1. Declaração de Inidoneidade (Anexo 6 do Edital);

1.3.2. Declaração de Fato Impeditivo (Anexo 7 do edital);

1.3.3. Declaração que não emprega menor (Anexo 8 do edital);

1.3.4. Declaração de Responsabilidade (Anexo 10 do edital);

1.3.5. Declaração de ausência de parentesco e vínculo (Anexo 11 do edital);

1.3.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

1.4. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

1.5. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.6. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

1.7. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

1.8. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de

60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas, exceto o disposto no item 1.2.3 a.2.

1.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.10. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

DAS AMOSTRAS:

O licitante vencedor da disputa de lances deverá encaminhar amostras referentes aos lotes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o término da sessão pública do Pregão, para análise e conferência, em embalagem original, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente edital como Anexo I, devidamente lacrada e etiquetada, com o número do lote, nome da empresa e número do procedimento licitatório.

Em caso de não apresentação da amostra ou desclassificação da amostra da empresa declarada vencedora, será convocada a segundo classificada para apresentação de sua amostra, sendo lavrada Ata circunstanciada dessa eventual desclassificação.

As amostras solicitadas devem ser apresentadas em embalagens individuais, devidamente identificadas para a Divisão de Compras e Licitações, na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati - SP. A entrega das amostras é obrigatória para a empresa declarada vencedora do lote, ou seja, a empresa que não apresentar as amostras solicitadas no prazo disposto no item anterior ou que na apresentação, suas amostras não estejam de acordo com as especificações – segundo análise de Comissão designado para análise das mesmas - serão desclassificadas.

As amostras serão analisadas pela equipe técnica do SESMT Municipal, acompanhada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio;

Os critérios a serem utilizados para a análise das amostras serão os seguintes: conformidade com as especificações solicitadas no edital, durabilidade, manuseio, falhas de fabricação, acabamento, rendimento, resistência, segurança e gramatura. Todos os produtos deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender às normas do INMETRO, ABNT e às demais especificadas na descrição dos itens, bem como demais condições solicitadas em edital; As marcas dos produtos ofertados na proposta deverão ser as mesmas das amostras e também durante a vigência da Ata.

As amostras não deverão ser cobradas em espécie, tampouco descontadas em valores dos produtos a serem fornecidos, uma vez que ficarão à disposição da Prefeitura para os testes necessários.

As amostras aprovadas serão catalogadas e fotografadas e servirão de parâmetro no recebimento dos produtos. Após a análise será efetuado relatório fotográfico das mesmas podendo a critério da Comissão dos técnicos do SESMT e do Departamento de Administração e podem ser utilizadas para testes.

As amostras reprovadas permanecerão à disposição dos licitantes para sua retirada durante o período de 03 (três) dias corridos. Após este período, as amostras serão descartadas.

O relatório fotográfico com as amostras aprovadas fará parte do procedimento licitatório e ficará à disposição do Departamento de Administração, SESMT e ainda o Almoxarifado Municipal, para que durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços sirva de parâmetro no recebimento dos produtos.

ANEXO 03

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 033/2023
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor em papel timbrado)

Apresentamos nossa proposta para **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos servidores da Prefeitura do Município de Cajati em atendimento as exigências estabelecidas pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, através de SRP (Sistema de Registro de Preços)**, conforme Termo de Referência do edital, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº **033/2023** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE e CARGO:

ENDEREÇO e TELEFONE:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2023

LOTE	DESCRIÇÃO	Apres.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibra hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente à penetração e absorção de água (WRU), ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante com	Pares	600			

	certificações ISO e possui certificações: ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008.					
2	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a Norma Regulamentadora nº 32.	Pares	500			
3	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor preta; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Pares	150			
4	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor branco; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Pares	100			

5	Protetor do sistema da visão tipo óculos de segurança, com lentes nas cores cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente a risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI.Z. 87.1/2003.	Unidade	400		
6	Proteção do aparelho auditivo do tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexo I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	Unidade	150		
7	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações	Unidade	100		

	ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.					
8	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8" (M), 9" (G) e 10" (XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	400			
9	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	500			
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	400			
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Resistência e proteção à vibração.	Pares	50			

	Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.					
12	Proteção do tronco contra umidade, tipo conjunto de chuva, composto por blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42mm e calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42mm, com tamanhos disponíveis do P ao EXG. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	300			
13	Proteção do tronco contra umidade, tipo capa de chuva impermeável em laminado de PVC, sem forro, medindo 1,40cm X 0,70cm, com mangas longas, fechamento através de botões, costuras de solda eletrônica. O produto deverá ser certificado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	300			
14	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo do Inmetro.	Unidade	250			

15	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	50		
16	Proteção à insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quintuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	200		
17	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	2000		
18	Repelente contra insetos em embalagem com "SPRAY", dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade	Unidade	2000		

	Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.					
19	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	10			
20	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 20.	Unidade	50			
21	Proteção para o tronco, tipo cinto para roçadeira duplo reforçado. Compatível com todos os modelos de roçadeiras. Deve possuir engate rápido (pressionando libera as fivelas automaticamente para ajuste). Deve possuir ajustes para operadores de qualquer altura. As alças devem ser almofadadas nos ombros. Deve conter proteção lateral (placa). Deverá ser confeccionado em nylon macio e material acolchoado. Produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			

22	Proteção do tronco do usuário, tipo avental/capote de chumbo, em borracha plumbífera flexível, para proteção radiológica, acabamento em nylon impermeável, espessura do chumbo de 0,50 mmpb, deve envolver o corpo inteiro (frente e costas) sendo uma peça só, proteção nos ombros de 0,25 mmpb, cinto ao nível da circunferência abdominal para ajuste do mesmo e divisão do seu peso, apoio nos ombros e tiras de ajuste cervical. Medindo 1,00 x 060 mm aproximadamente. Embalagem adequada ao produto e segura, com rótulo que atenda a RDC 185 de 22 de outubro de 2001/Anvisa. Possuir registro na Anvisa. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			
23	Protetor de tireóide, de borracha plumbífera, para profissionais que atuam no raio-x, com proteção equivalente no mínimo 0,50mm de chumbo, para adulto, embalado individualmente, constando marca comercial e procedência de fabricação. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			
24	Protetor do sistema da visão tipo óculos plumbífero; vidro e litargirio com proteção lateral com equivalência e chumbo de 0,75mm; com armação em acetato de celulose transparente com lentes pb finas e curvas para colocação de grau e ajustável; usado para proteção contra raio x. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			
25	Proteção de membro superior tipo luvas plumbíferas, estrutura flexível, acabamento externo em material impermeável, com estrutura interna de chumbo de 0,50mm, forrada em algodão, para proteção radiológica, conforme NBR IEC 61331-1/2004, NBR IEC 61331-3/2004. Deverá possuir certificado de aprovação válido	Pares	30			

	expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.					
26	Proteção de membro superior tipo luvas de segurança confeccionada em fibras sintéticas, revestimento da face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU), punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Tal Luva deve proporcionar alta destreza, flexibilidade e sensibilidade tátil, tricotada com fios de poliamida e propriedades eletrostáticas. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	100			
27	Proteção de membro superior tipo luva descartável para proteção contra agentes químicos confeccionadas em látex nitrílico, sem pulverização de amido, completamente texturizadas, cor preta. Luvas tipo B para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (bases inorgânicas (K), Bases Orgânicas (O) e Peróxidos (P)). Caixa com 50 unidades. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	caixa	50			
28	Protetor facial composto de coroa de material plástico rígido preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor, disponível em três tamanhos, sendo 6", 8" e 10" de altura, preso à coroa por três pinos plásticos, carneira de material plástico branco regulável através de ajuste simples presa à coroa por meio de dois parafusos plásticos. A parte frontal da carneira é recoberta com espuma para absorção de suor. Deverá atender Norma Técnica: ANSI.ISEA Z87.1/2015 e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	200			
29	Proteção do tronco contra umidade, tipo avental confeccionado em PVC	Unidade	500			

	com forro de poliéster, ilhoses e cordão de polipropileno para ajustes. Medidas 70 x 120 cm. Cor branca. Deverá possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.					
30	Proteção da face, tipo máscara cirúrgica descartável, confeccionada em tecido não tecido (TNT), com elástico, tripla camada com eficiência de filtração bacteriológica > 95%, tiras resistentes de 40 cm de comprimento, clip nasal de 14 cm de comprimento, solda por ultrassom, cor branca. Gramatura de 60g/m ² .	Unidade	300000			
31	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Possui certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.	Unidade	500			
32	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de cabeça de elástico. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação	Unidade	3000			

	facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.					
33	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de orelha. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	Unidade	3000			
34	Proteção do tronco, tipo avental, confeccionado em não tecido SMS 100% polipropileno com reforço, possui reforço impermeável e absorvente nas mangas, tórax, abdome e membros inferiores, repele líquidos e fluidos corpóreos e extracorpóreos, máxima proteção contra vírus, bactérias e qualquer outro microrganismo, não libera partículas, condutores de microrganismos, não tecido respirável, atóxico e hipoalergênico, alta resistência, conforto e maleabilidade; dobra asséptica, acompanha toalha de mão estéril, dupla embalagem que garante a esterilidade até o uso, esterilizado por óxido de etileno. Gramatura mínima de 50g/m ² , disponível nas cores branco, azul ou verde. Medidas: 1.40m de largura total x 1.35m de comprimento.	Unidade	20000			

	Material hidrofóbico. Uso único. Embalagem com 10 unidades cada.					
35	Proteção de membros inferiores, tipo sapatilha confeccionada em polipropileno, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 20g/m². Tamanho único (baseado na numeração 43). Embalagem com 100 unidades.	Unidade	15000			
36	Proteção do crânio, tipo touca sanfonada, confeccionado em tecido não tecido (TNT) em formato de tiras, com elástico duplo, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 30g/m². Tamanho único. Embalagem com 100 unidades cada.	Unidade	15000			

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

Mínimo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

Razão Social da empresa licitante / Endereço da empresa licitante
Telefone/ Fax da empresa licitante / CNPJ / MF da empresa licitante
Banco / Agência / CC / Praça Pagamento da empresa licitante

Dados do Preposto Autorizado a Firmar Contrato: Nome:

Endereço:

Carteira de Identidade:

Estado Civil:

CPF:

Nacionalidade:

Cargo:

ANEXO 04

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no

Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 4.1

**ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 05

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exige o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos os termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2023 instaurada pela Prefeitura Municipal de **Cajati - SP**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 08

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 09

DECLARAÇÃO ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo). Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 10

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão 033/2023 da Prefeitura Municipal de **Cajati - SP**, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 11

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO E VÍNCULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão, por meio de sistema Eletrônico, sob nº 033/2023, instaurada pelo Município de **Cajati - SP**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

....., de de 2023.

Nome, RG, Função ou cargo e Assinatura

Data _____
Local _____
Nome do declarante _____
RG _____
CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO 12

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 253/2022 1DOC
VALIDADE: 12 (doze) meses**

Aos dias do mês de de 2022, na em, por seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos n.º 3.784, de 06 de abril de 2001; n.º 7.892, de 25 de janeiro de 2013; n.º 4.342, de 23 de agosto de 2002; e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 033/2023, resultado da licitação, publicado no Diário Oficial do Estado e homologado pelo Prefeito Municipal de Cajati, às fls. do processo em referência, **RESOLVE** registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela(s) empresa(s): Lote 01: 1).....
2).....3)....., Lote 02: 1).....
2).....3)....., etc. (preencher o 2º, 3º, etc., lugares se as empresas quiserem registrarem-se ao preço do 1º colocado) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificadas(s) em 1º, 2º e 3º lugar(es), respectivamente, no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos servidores da Prefeitura do Município de Cajati em atendimento as exigências estabelecidas pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

LOTE	DESCRIÇÃO	Apres.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibra hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublindada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com	Pares	600			

	fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente à penetração e absorção de água (WRU), ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante com certificações ISO e possui certificações: ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008.					
2	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a Norma Regulamentadora nº 32.	Pares	500			
3	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor preta; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Pares	150			
4	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor branco; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça,	Pares	100			

	solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.					
5	Protetor do sistema da visão tipo óculos de segurança, com lentes nas cores cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente a risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI.Z. 87.1/2003.	Unidade	400			
6	Proteção do aparelho auditivo do tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexo I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	Unidade	150			
7	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as	Unidade	100			

	conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.					
8	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8" (M), 9" (G) e 10" (XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	400			
9	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	500			
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir	Pares	400			

	certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.					
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Resistência e proteção à vibração. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	50			
12	Proteção do tronco contra umidade, tipo conjunto de chuva, composto por blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42mm e calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42mm, com tamanhos disponíveis do P ao EXG. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	300			
13	Proteção do tronco contra umidade, tipo capa de chuva impermeável em laminado de PVC, sem forro, medindo 1,40cm X 0,70cm, com mangas longas, fechamento através de botões, costuras de solda eletrônica. O produto deverá ser certificado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	300			
14	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há	Unidade	250			

	carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo do Inmetro.					
15	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	50			
16	Proteção à insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quintuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	200			
17	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de	Unidade	2000			

	aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.					
18	Repelente contra insetos em embalagem com "SPRAY", dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	2000			
19	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	10			
20	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 20.	Unidade	50			
21	Proteção para o tronco, tipo cinto para roçadeira duplo reforçado. Compatível com todos os modelos de roçadeiras. Deve possuir engate rápido (pressionando libera as fivelas automaticamente para	Unidade	30			

	ajuste). Deve possuir ajustes para operadores de qualquer altura. As alças devem ser almofadadas nos ombros. Deve conter proteção lateral (placa). Deverá ser confeccionado em nylon macio e material acolchoado. Produto isento de certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Previdência.					
22	Proteção do tronco do usuário, tipo avental/capote de chumbo, em borracha plumbífera flexível, para proteção radiológica, acabamento em nylon impermeável, espessura do chumbo de 0,50 mmpb, deve envolver o corpo inteiro (frente e costas) sendo uma peça só, proteção nos ombros de 0,25 mmpb, cinto ao nível da circunferência abdominal para ajuste do mesmo e divisão do seu peso, apoio nos ombros e tiras de ajuste cervical. Medindo 1,00 x 060 mm aproximadamente. Embalagem adequada ao produto e segura, com rótulo que atenda a RDC 185 de 22 de outubro de 2001/Anvisa. Possuir registro na Anvisa. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			
23	Protetor de tireóide, de borracha plumbífera, para profissionais que atuam no raio-x, com proteção equivalente no mínimo 0,50mm de chumbo, para adulto, embalado individualmente, constando marca comercial e procedência de fabricação. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			
24	Protetor do sistema da visão tipo óculos plumbífero; vidro e litargirio com proteção lateral com equivalência e chumbo de 0,75mm; com armação em acetato de celulose transparente com lentes pb finas e curvas para colocação de grau e ajustável; usado para proteção contra raio x. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	30			

25	Proteção de membro superior tipo luvas plumbíferas, estrutura flexível, acabamento externo em material impermeável, com estrutura interna de chumbo de 0,50mm, forrada em algodão, para proteção radiológica, conforme NBR IEC 61331-1/2004, NBR IEC 61331-3/2004. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	30			
26	Proteção de membro superior tipo luvas de segurança confeccionada em fibras sintéticas, revestimento da face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU), punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Tal Luva deve proporcionar alta destreza, flexibilidade e sensibilidade tátil, tricotada com fios de poliamida e propriedades eletrostáticas. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	Pares	100			
27	Proteção de membro superior tipo luva descartável para proteção contra agentes químicos confeccionadas em látex nitrílico, sem pulverização de amido, completamente texturizadas, cor preta. Luvas tipo B para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (bases inorgânicas (K), Bases Orgânicas (O) e Peróxidos (P)). Caixa com 50 unidades. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	caixa	50			
28	Protetor facial composto de coroa de material plástico rígido preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor, disponível em três tamanhos, sendo 6", 8" e 10" de altura, preso à coroa por três pinos plásticos, carneira de material plástico branco regulável através de ajuste simples presa à coroa por	Unidade	200			

	meio de dois parafusos plásticos. A parte frontal da carneira é recoberta com espuma para absorção de suor. Deverá atender Norma Técnica: ANSI.ISEA Z87.1/2015 e possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.					
29	Proteção do tronco contra umidade, tipo avental confeccionado em PVC com forro de poliéster, ilhoses e cordão de polipropileno para ajustes. Medidas 70 x 120 cm. Cor branca. Deverá possuir certificado de aprovação junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.	Unidade	500			
30	Proteção da face, tipo máscara cirúrgica descartável, confeccionada em tecido não tecido (TNT), com elástico, tripla camada com eficiência de filtração bacteriológica > 95%, tiras resistentes de 40 cm de comprimento, clip nasal de 14 cm de comprimento, solda por ultrassom, cor branca. Gramatura de 60g/m².	Unidade	300000			
31	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.	Unidade	500			
32	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por	Unidade	3000			

	camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de cabeça de elástico. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.					
33	Proteção da face, tipo respirador purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2, com formato dobrável, tamanho regular, SEM válvula de exalação, solda térmica em seu perímetro, montado o meio filtrante por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador deverá ser recoberta por tecido não tecido (TNT), na cor branca, para proteção do meio filtrante. Disponíveis com tirantes de orelha. A parte superior externa deverá possuir clip nasal metálico moldável, a fim de garantir vedação facial. Deverá possuir eficiência de filtração bacteriológica mínima de 94% contra aerossóis potencialmente contaminados. Possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e selo de marcação do Inmetro.	Unidade	3000			
34	Proteção do tronco, tipo avental, confeccionado em não tecido SMS 100% polipropileno com reforço, possui reforço impermeável e absorvente nas mangas, tórax, abdome e membros inferiores, repele líquidos e fluidos corpóreos e extracorpóreos, máxima proteção contra vírus, bactérias e qualquer outro microrganismo, não libera partículas, condutores de microrganismos, não tecido respirável, atóxico e	Unidade	20000			

	hipoalergênico, alta resistência, conforto e maleabilidade; dobra asséptica, acompanha toalha de mão estéril, dupla embalagem que garante a esterilidade até o uso, esterilizado por óxido de etileno. Gramatura mínima de 50g/m ² , disponível nas cores branco, azul ou verde. Medidas: 1.40m de largura total x 1.35m de comprimento. Material hidrofóbico. Uso único. Embalagem com 10 unidades cada.					
35	Proteção de membros inferiores, tipo sapatilha confeccionada em polipropileno, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 20g/m ² . Tamanho único (baseado na numeração 43). Embalagem com 100 unidades.	Unidade	15000			
36	Proteção do crânio, tipo touca sanfonada, confeccionado em tecido não tecido (TNT) em formato de tiras, com elástico duplo, atóxico, descartável, de uso único, na cor branca. Gramatura mínima de 30g/m ² . Tamanho único. Embalagem com 100 unidades cada.	Unidade	15000			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, durante o qual a Prefeitura do Município de Cajati não será obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenizações de quaisquer espécies às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 033/2023.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 033/2023, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO

A entrega dos produtos será de forma parcelada de acordo com a requisição, conforme o Termo de Referência (anexo I), com prazo máximo de entrega de 20 (vinte) dias consecutivos após o recebimento do Pedido de Compra.

No ato da entrega dos produtos, o(s) fornecedor(es), não deverão se ausentar sem que estes sejam conferidos pelo funcionário da unidade, preferencialmente do funcionário que gerou o pedido.

Os produtos não deverão ser entregues parcialmente, só na totalidade indicada no Pedido de Compras emitido pela Divisão de Compras e Licitações.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 20 (vinte) dias consecutivos contados da data do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.

As entregas deverão ser efetuadas de acordo com a requisição, mensalmente, parceladamente, por período máximo de 12 (doze) meses, dentro do prazo previsto no edital.

As entregas serão efetuadas no Almoarifado Municipal, situado na Rua Darci Bueno da Cruz, nº 200 - Bairro Bico do Pato (ao lado da Garagem Municipal), conforme solicitação da Divisão de Compras / Licitações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, 15 (quinze) dias após o fornecimento e emissão da Nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações citadas no Edital, em seu item 18, à licitante obrigar-se-á:

Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 10 (dez) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

Fornecer os produtos, estritamente de acordo com o Termo de Referência descrito no **Anexo I**, bem como no prazo e quantitativo estabelecidos em solicitação expedida pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição das mesmas na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Prefeitura do Município de Cajati, estarem em desacordo com as referidas especificações.

Entregar os materiais no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Prefeitura do Município de Cajati.

Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços o registro em CTPS de todos os seus funcionários.

Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação, qualificação em perfeita compatibilidade com as obrigações assumidas.

Designar preposto durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, para representá-la sempre que seja necessário.

Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais relativos ao objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar os produtos entregues em desacordo com as especificações apresentadas na proposta do Licitante;

Somente atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos produtos, referentes ao objeto deste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PARA A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nºs 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.429/1992, a licitante/adjudicatária que:

- não aceitar/retirar a nota de empenho, **ou não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;**
- ensejar o retardamento da execução da Ata de Registro de Preços;
- apresentar documentação falsa;
- deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou complementares na fase de contratação;
- não manter a proposta;
- cometer fraude fiscal;
- comportar-se de modo inidôneo.

A Licitante/adjudicatária que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item (s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nºs 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.429/1992, a licitante/adjudicatária que:

- Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da Ata de Registro de Preços;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Não manter a proposta.

A Contratada/Detentora que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços/autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem

acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada/Detentora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

A relação familiar (**cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau**) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - ANEXO XI).

As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (**cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau**) com servidor público municipal.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9.784/1999.

Se no decorrer do processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846 de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias a apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA tenha a receber do MUNICÍPIO DE CAJATI. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA ao processo executivo.

Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela EMPRESA, serão atualizadas pelo IPCA-IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, e, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Prefeitura do Município de Cajati para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

O recebimento dos produtos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos por servidor, o qual deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência para a aceitação definitiva;

O prazo para a aceitação definitiva ou recusa deverá ser manifestada em 10 (dez) dias contados a partir da data de entrega dos produtos;

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração Municipal.

A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A fiscalização e acompanhamento dos fornecimentos serão exercidos pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, a quem compete verificar se a empresa está fornecendo corretamente os equipamentos, obedecendo ao Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e aos demais documentos que a integram.

A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela contratada, sem ônus para a contratante.

O responsável pela fiscalização da presente ata será o Departamento de Administração, na pessoa do(a) servidor(a) XXXXXXXXXXXXX, conforme Portaria 000 de 00/00/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. Cancelamento automático da ata de Registro de Preços:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados; ou
- c) pela Prefeitura do Município de Cajati, quando caracterizado o interesse público.

11.2. Cancelamento do registro do fornecedor:

- a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) a pedido, quando:
 - I. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - II. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.
- c) pela Administração, unilateralmente, quando:
 - I. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - II. perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
 - III. por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.
 - IV. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - V. não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - VI. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

- 11.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no inciso II do subitem 11.2 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.
- 11.4. Frustradas as tentativas do sub-item anterior, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 03 (três) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no ato convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 11.6. Ocorrendo o cancelamento, far-se-á a reti-ratificação da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2023, e as propostas da empresa:....., classificada em 1º lugar, empresa:, classificada em 2º lugar e da empresa, classificada em 3º lugar (se houver e quiserem, ao preço do 1º colocado, assinar à ata).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será a Comarca de Jacupiranga - SP, com exclusão de qualquer outro.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E assim, perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor de forma, depois de lido e devidamente conferido, de acordo com a Lei.

Cajati, de 2023

LUIZ HENRIQUE KOGA
Prefeito Municipal

NOME DA EMPRESA
Nome do Responsável pela assinatura da Ata
RG / CPF
Cargo na empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



ANEXO 13

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Atas de Registro de Preços)

CONTRATANTE: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI**

CONTRATADO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

OBJETO:

ADVOGADO (S)/ Nº OAB:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Cajati, ____ de _____ de _____.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Diretor do Departamento de

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pela CONTRATANTE:

Nome: LUIZ HENRIQUE KOGA

Cargo: Prefeito

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional: gabinete@cajati.sp.gov.br

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 71B8-ADA7-A367-52A7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THAIS NOVAES RIBEIRO (CPF 411.XXX.XXX-90) em 31/03/2023 08:18:08 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ LUIZ HENRIQUE KOGA (CPF 087.XXX.XXX-13) em 31/03/2023 08:35:45 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES (CPF 151.XXX.XXX-00) em 31/03/2023 11:12:55 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cajati.1doc.com.br/verificacao/71B8-ADA7-A367-52A7>